

O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM QUESTÃO: MUTAÇÕES, DICOTOMIAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS¹

Lisandra Pereira LAMOSO²

RESUMO

Este artigo discute a necessidade de retomarmos o debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro, chamando atenção para três processos em curso: a perda de dinamismo da indústria brasileira, a reprimarização da pauta exportadora e a financeirização da atividade produtiva. Embora não seja possível, no escopo deste artigo, aprofundar cada um dos três processos, o texto reflete sobre a existência de dicotomias geradas na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento que, ao longo do tempo, tem deteriorado a materialidade presente no território e priorizado pagamentos encargos financeiros que dificultam a reorganização das bases produtivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Reprimarização. Financeirização. Industrialização.

BRAZILIAN DEVELOPMENT IN QUESTION: MUTATIONS, DICHOTOMIES AND TERRITORIAL DYNAMICS

ABSTRACT

This article discusses the need of retaking debate on brazilian economic development, highlighting three ongoing processes: brazilian industry loss of dynamism, reprimarization of export agenda as well as productive activity financialization. Although it is not plausible, considering this project scope, to deepen each process, the text reflects on dichotomies brought to light over the absence of a national project of development that, as time goes by, have deteriorated territory materiality and prioritize finance charge payments which difficult the reorganization of productive bases.

Key-words: Economic Development. Reprimarization. Financialization. Industrialization.

¹ Texto apresentado em palestra realizada no II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (II CBOE) e XIV Seminário do Programa de Pós-Graduação, realizado na cidade de Rio Claro/SP, entre os dias 24 a 28 de março de 2019, intitulado "Soberania e Ciência no século XXI: a decolonialidade do saber como novo paradigma geográfico?".

² Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista de Produtividade em Pesquisa II do CNPq. E-mail: lisandralamoso@ufgd.edu.br

CUESTIONAMIENTO DEL DESARROLLO BRASILEÑO: MUTACIONES, DICOTOMÍAS Y DINÁMICA TERRITORIAL.

RESUMEN

Este artículo analiza la necesidad de volver al debate sobre las direcciones del desarrollo económico brasileño, llamando la atención sobre tres procesos en progreso: la pérdida de dinamismo en la industria brasileña, la reprimarización de la agenda de exportaciones y la financiarización de la actividad productiva. Aunque no es posible, considerando el alcance de este artículo profundizar en cada uno de los tres procesos, el texto reflexiona sobre la existencia de dicotomías generadas en ausencia de un proyecto nacional de desarrollo que, con el tiempo, haya deteriorado la materialidad del territorio y priorizado pagos de cargos financieros que dificultan la reorganización de las bases productivas.

Palabras clave: Desarrollo Económico. Reprimarización. Financiarización. Industrialización.

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, recebi um gentil convite para participar da mesa redonda no II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, que ocorreu associado ao XIV Seminário da Pós-graduação em Geografia na Unesp, Unidade de Rio Claro. A mesa, que compartilhei com Eliane Tomiasi Paulino e Elson Luciano Silva Pires, mediada pela professora Silvia Selingardi-Sampaio foi apresentada em março de 2019, com o título “O desenvolvimento brasileiro em questão: mutações, dicotomias e dinâmicas territoriais”,

Este artigo é uma reprodução aproximada do conteúdo que apresentei na ocasião, por isso o faço (inadequadamente), em primeira pessoa.

Primeiro, o título me deixou com a sensação de que faltava um adjetivo ou algo que qualificasse de qual “desenvolvimento brasileiro” se tratava, pois, o termo é por demais amplo. Isso me fez caminhar sobre significados para a palavra “desenvolvimento”, com pouco sucesso até que defini que o traria para minha zona de conforto, que é pensar em termos de “desenvolvimento econômico”. Trabalho há alguns anos com os temas ligados à Geografia Econômica, realizei estágio de pós-doc em um Departamento de Estrutura e Desenvolvimento Econômico e imaginei que o caminho escolhido me seria mais oportuno pelas leituras que coleciono.

A primeira reflexão que fiz, foi sobre algo relativo a inseguranças, temores ou resistências, sentimentos que parecem permear o cuidado em qualificar desenvolvimento como desenvolvimento econômico. É provável que isso decorra de reducionismos, interpretações que conferiram primazia à economia quando ela carecia de companhia para que compreendêssemos melhor os fatos. Não poucas vezes, li e ouvi as expressões do tipo “isso é determinismo econômico”, “o Marxismo não dá conta de explicar tudo”, “ao centrar na economia, prioriza a acumulação e não enxerga a desigualdade”, ou outras do tipo. Dependendo do contexto, havia razoabilidade na crítica, em outros, isso se tornou um chavão que pouco ajudou nosso olhar sobre os processos e suas dinâmicas.³

Segunda reflexão, em função da primeira, não há nenhum embasamento empírico no que aponto, isso ainda merece ser discutido, mas tenho a impressão que secularizamos a economia a ponto de nos afastar da compreensão dos processos de acumulação. Um mínimo de “alfabetização” nos conceitos da Economia faz falta, assim como, nos falta, os conceitos da Sociologia, da Antropologia, da História, das Ciências Políticas, sempre mais próximos e mais utilizados. Cada vez que leio sobre desenvolvimento econômico por economistas, sinto que (na linguagem do senso comum), “lhes falta o chão”, falta o espaço geográfico ou o território e, nisso, a categoria da formação socioespacial tem um valor imenso, pela condição que nos oferece para compreendermos que determinada formação socioespacial é particular porque o modo de produção torna-se concreto sobre um determinado espaço, não um espaço em geral (SANTOS, 2005). Como se trata de Brasil, há que se fazer um esforço enorme, para além da literatura europeia e norte-americana, para pensarmos a particularidade do desenvolvimento econômico brasileiro e, como propõe o título, suas mutações, dicotomias e dinâmicas territoriais.

Terceiro, para reforçar a importância do debate (e ao mesmo tempo aproveitar para louvar a proposição da mesa neste evento), lembro que a pauta

³ Mesmo carente de comprovação, arriscaria a dizer que nosso maior evento de Geografia, os Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG), condicionavam as apresentações de trabalhos de Geografia Econômica e das Indústrias aos eixos de Urbana. Já nos Encontros Nacionais de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege), os grupos de trabalho propostos por iniciativas dos grupos de pesquisa, favorecerem um debate mais orgânico sobre os temas.

identitária compareceu com expressão na última campanha presidencial de 2018, que teve o segundo turno disputado entre Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), com vitória do primeiro. As manifestações mais numerosas em termos de pessoas em espaços públicos e as mais visíveis no universo das redes sociais foram críticas à homofobia (#Elenão). Muito pouco tivemos (se é que perdi algo) de críticas ao que seria um projeto expressamente neoliberal, a ser executado por um frequentador da Escola de Chicago. Nós tínhamos #LuteComoUmaGarota, mas não algo como #LuteComoUmTrabalhador. Nada parecido com #oPré-saléNosso, algo que foi um dos maiores motivos para o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Também gostaria de me referir à crítica sobre a importância do crescimento econômico, já que ele não foi para todos. Sim, pelo menos sobre isso já temos um consenso, só crescimento econômico não resolve, mas sem ele, como alcançar o desenvolvimento social? Conseguiremos melhorar a qualidade de vida sem dinheiro no orçamento público? Porque, outro consenso é que o capital privado não se preocupa com o social, mas com o lucro.

Não é possível estender interpretações sobre o processo eleitoral e apenas o cito como exemplo do argumento que procurarei defender, que é a importância de atentarmos para a economia e seus efeitos em todas (ou quase todas) manifestações de acumulação, produção de desigualdade, sofrimento e morte, para ser bem radical. É nisso que penso quando vejo os inúmeros cortes de recursos no orçamento federal de um país ainda tão desigual como o Brasil.

Enfim, concluindo o que se tornou uma mistura de Introdução do artigo com “pensamentos à deriva”, caminho para a exposição de três itens, iniciando pelo que considero, em respeito ao título, como “mutações” na economia brasileira, em seguida algumas dicotomias e, por fim, a parte mais difícil que foi pensar sobre as dinâmicas territoriais.

SOBRE MUTAÇÕES

Em termos gerais, mutação é uma alteração, modificação ou transformação. Em Genética, trata-se da alteração súbita e brusca no genótipo de um indivíduo, sem relação com os ascendentes, mas que pode ser deixada de herança. Tentei trazer o sentido dessas definições para o desenvolvimento

econômico já alertando que os processos biológicos possuem leis próprias que a dinâmica social não permite adotar de forma tão mecânica, pois a sociedade é plena de disputas de projetos políticos, não há etapas programadas cronologicamente nem caminhos definitivos, trata-se de um complexo em movimento. Esta trajetória me levou a destacar três mutações: a perda de dinamismo da indústria brasileira; a reprimarização da pauta exportadora e a financeirização da atividade produtiva.

Perda de Dinamismo da Indústria Brasileira

Meu destaque para a indústria é porque comungo da corrente que entende ser a indústria um motor de crescimento, que demanda progresso técnico e que, o progresso técnico, pode proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas, como por exemplo, ofertando maior quantidade de calorias *per capita*. “Pode proporcionar” porque não se trata de processo automático, quem define a apropriação e a distribuição de riqueza é a Política, não a Economia, nem a Técnica em si mesmas. O progresso técnico, ao reduzir nosso tempo e esforço físico em atividades básicas, nos permite tempo para a cultura, para o lazer, para discutir as diferenças de salário, de gênero e de acesso.

Um conjunto de autores como Nassif (2008), Sampaio (2015), Hirakuta e Sarti (2017), apresenta evidências de que o Brasil passa por um longo processo de desindustrialização, quaisquer que sejam as métricas utilizadas e as mais comuns são a participação da indústria no PIB, a redução da mão de obra empregada na indústria ou a perda de sofisticação produtiva, medida pela intensidade tecnológica. Morceiro (2019) discute as características de uma desindustrialização setorial.

Essa desindustrialização, para o conjunto dos dados nacionais, é ainda mais agravada pela perda de dinamismo da indústria do petróleo, que apesar de extrativa, indicava suas pretensões na direção de fortalecimento da indústria nacional como fornecedora de máquinas e equipamentos e verticalização do conhecimento. Desativar este setor como origem de compras de conteúdo nacional, afunda (com perdão do trocadilho) também, a indústria naval e, num efeito dominó, os pequenos e médios fornecedores de serviços, a demanda para o comércio varejista e a arrecadação de estados e municípios via *royalties*. A

expansão de desemprego/informalidade associada à redução do orçamento para as políticas públicas de inclusão (Sistema Único de Saúde, educação pública) e, até mesmo, quanto a investimentos no transporte público, estão todos associados, em menor ou maior grau, dependendo da estrutura produtiva regional, mais dependente, ou menos, das rendas do setor petrolífero. Isso sem contar os repasses para a educação, que seriam extraídos de royalties e foram suprimidos.

Gala (2019) comunga com a ideia de que os países de maior sofisticação produtiva são países menos desiguais. Uma base de dados atualizada, que cartografa e confirma algumas teses dos economistas estruturalistas, sobre o importante papel da indústria, que podemos relacionar às condições de vida num país, está disponível no Atlas da Complexidade Econômica. Em uma pequena síntese, a referência ao Brasil consta:

Brazil ranks as the 48th most complex country in the Economic Complexity Index (ECI) ranking. Compared to a decade prior, Brazil's economy has become less complex, worsening 5 positions in the ECI ranking.⁴

No Quadro 1, podemos observar como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) classifica as atividades econômicas pela intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):

⁴ O Atlas está disponível em <http://atlas.cid.harvard.edu>.

Quadro 1 – Atividades econômicas segundo a intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento

<i>Intensidade em P&D</i>	<i>Atividades</i>
<i>Alta</i>	Aeronaves e componentes relacionados Farmacêutica
<i>Média-alta</i>	Informática, eletrônicos e produtos ópticos
	Armas e munições
	Veículos automotores e autopeças
	Instrumentos médicos e odontológicos
	Máquinas e equipamentos
<i>Média</i>	Químicos
	Máquinas e equipamentos elétricos
	Veículos ferroviários, veículos militares de combate e outros
	Plásticos e borracha
	Construção de embarcações
	Produtos diversos
	Outros minerais não-metálicos
	Metalurgia básica
	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos
	<i>Média-baixa</i>
Calçados e artefatos de couros	
Papel e celulose	
Alimentos, bebidas e fumo	
Vestuários e acessórios	
Produtos de metal	
Móveis	
Ferino de petróleo e biocombustível	
Indústria extrativa	
Madeira e produtos de madeira	
<i>Baixa</i>	Impressão e reprodução de gravações
	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
	Agricultura, agropecuária, florestal e pesca
	Construção

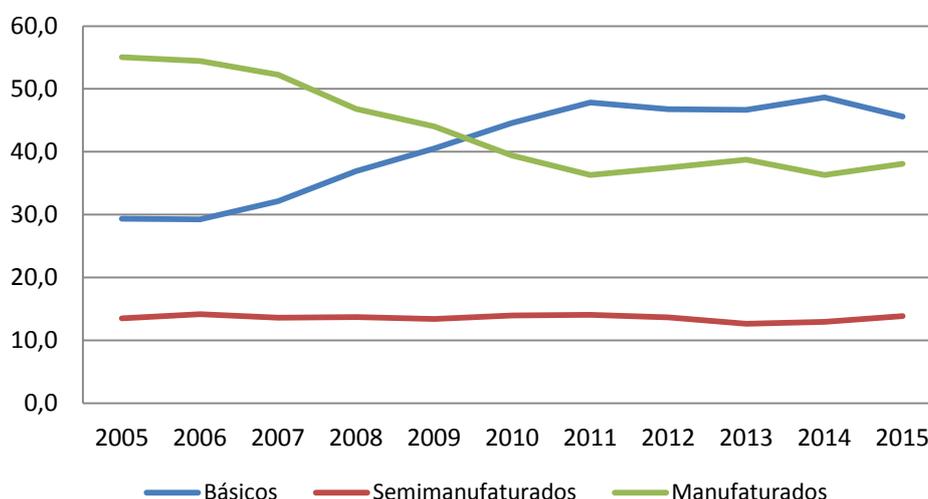
Fonte: OCDE. Elaborado por Paulo Morceiro para o Blog Valor Adicionado.
Adaptado pela autora. Foram excluídas atividades relativas a serviços.

Não é difícil constatar que as atividades de média-baixa e baixa complexidade predominam no Brasil. Ao longo do tempo, em se persistindo essa composição, não há remanejamento de orçamento que dê conta do aumento de despesas (considerando que continuaremos a pagar os encargos da dívida interna). O país não terá caixa para suas despesas sociais. Não é possível uma estrutura produtiva, com baixa capacidade de obter retornos crescentes, conseguir sustentar uma sociedade que ainda é bastante desigual e requer pesados investimentos públicos.

Reprimarização da Pauta Exportadora

Associado à perda de dinamismo da indústria brasileira, temos o aumento relativo da participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras. Esse aumento ocorre junto com a redução da participação relativa das exportações de produtos industrializados. O país deixou de exportar mais industrializados, como vinha ocorrendo desde o final dos anos setenta, para ter uma pauta na qual a maior participação relativa é de *commodities* (complexo da soja, minérios, açúcar, como principais). Esse fenômeno que está marcado no ano de 2009, chamamos de reprimarização da pauta exportadora.

Figura 1 – BRASIL – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (2005-2015)



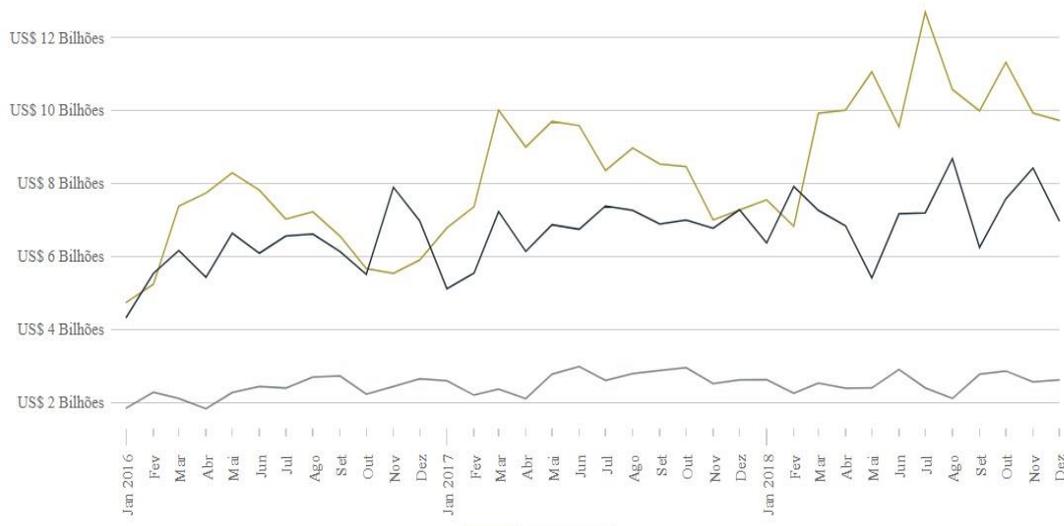
Fonte: MDIC, 2017. Org.: da Autora, 2019

Qual o significado de uma “reprimarização”? É expressar um retrocesso na qualidade da inserção brasileira no comércio internacional, não que produtos primários não sejam relevantes, mas temos, por aprendizado nas teorias clássicas sobre as vantagens comparativas, que os manufaturados têm demanda infinita, são cada vez mais sofisticados, com possibilidades de aumento de preços. Nenhum país ao ficar mais rico, tende a consumir mais milho ou laranja, e se o faz, a possibilidade de ter seu fornecimento substituído é muito grande. Pode derivar de custos de produção ou, por exemplo, pragas que reduzem a produtividade agrícola ou até eventos climáticos. Depender de *commodities* deixa a economia suscetível. O produtor não define os preços, só lhe resta a

redução de custos, por exemplo, aumentando a quantidade, a produtividade ou investindo em custos de deslocamento mais competitivos, trabalhando com a logística. Em robusta pesquisa realizada no Mato Grosso do Sul, estado com expressiva produção de *commodities*, Faccin e Castillo (2017, p.154) afirmam que “a competitividade é diretamente proporcional ao aumento da vulnerabilidade, seja esta econômica, social ou ambiental”, o que é mais um agravante do modelo que se reforça como agrário-exportador.

Essa fragilidade provocada pela reprimarização pode ser agravada pela desindustrialização. Não há um problema na balança comercial se o país aumenta suas exportações de primários, mas há um problema grave se esse aumento não é acompanhado pelas exportações de produtos de maior valor agregado.

Figura 2 – BRASIL – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (2005-1015).



Produtos básicos



Produtos Manufaturados



Produtos Semimanufaturados

Fonte: MDIC, 2019. Org.: da Autora, 2019

Na Figura 2, selecionamos as informações do MDIC sobre evolução da participação relativa das exportações por fator agregado, com dados atualizados, desta vez em valores (bilhões de dólares FOB). Ela apresenta os anos de 2016, 2017 e 2018, com pequenas variações mensais, a predominância dos básicos, lembrando que ambos têm a mesma taxa de câmbio.

Há vantagens da agropecuária e da mineração brasileira sobre os concorrentes. São vantagens comparativas naturais (como a existência de jazidas minerais, condições climáticas que permitem mais de uma safra ao ano, disponibilidade de água, topografia, extensão física) e vantagens construídas (*expertise* dos agentes, pesados investimentos públicos, tipo Embrapa, ações de extensão rural, embora mais recentemente precarizadas, mas que, já fizeram um bom papel de suporte à produção no campo, investimentos em infraestrutura, como rodovias, portos, eletrificação rural e oferta de crédito). Não se trata de reduzir os ganhos que são obtidos com bens primários, mas de, concomitantemente, fazer uso de estratégias para reduzir a dependência desse modelo agrário-exportador que ressuscita no desenvolvimento econômico nacional.

Importante registrar que essa reprimarização é para o conjunto das exportações nacionais porque se desagregarmos os dados, temos que muitos estados nunca deixaram de ter suas exportações com maior participação de *commodities*. No território brasileiro, no ano de 2018, apenas oito estados apresentaram exportação de manufaturados superior a *commodities*. São eles: Amazonas (lembrando o papel da Zona Franca de Manaus), Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, São Paulo e Santa Catarina.

Detalhando um pouco o que é essa pauta de manufaturados, vemos que os três produtos mais exportados em termos relativos no ano de 2018, pelo Estado do Amazonas, foram: preparados para elaboração de bebidas (22%), motocicletas (21%) e o grupo composto por facas, navalhas, aparelhos de barbear e tesouras (11%). No Maranhão, 50% das exportações foram de óxido e hidróxido de alumínio, na Bahia, 24% de naftas, na Paraíba, 52% de calçados. Em síntese, não há muito que comemorar porque são mercadorias de baixa complexidade e que são classificadas como manufaturadas mais por características de processo industrial do que pela intensidade tecnológica. É

uma outra categoria que devemos prestar atenção, porque é ela que diz da perda do dinamismo da indústria.

Além da expressão territorial, outro componente é a incapacidade que se apresenta para continuar obtendo bons resultados com essa composição de exportações, isto porque a agricultura, como todos os demais setores, torna-se cada vez mais sofisticada e, por isso, herdeira de custos crescentes. Há dependência de tecnologia – insumos – que o país não possui e não terá como adquirir se não houver investimento do Estado para internalizar a produção e o domínio do conhecimento sobre novos processos. Já dependemos da importação de fertilizantes, continuar e ampliar a dependência das patentes impõe limites à rentabilidade do negócio do agro. Seria um excelente exercício conseguirmos analisar a rentabilidade do agro sem subsídios, sem as renegociações derivadas das influências das bancadas e dos *lobbies*, com correção do tributo Imposto Territorial Rural e dos índices de produtividade. Se estamos em um projeto liberal que prima pelo meritório, não há motivos para que essa contabilidade, que também faz parte do orçamento nacional, não seja examinada com a devida transparência.

Ou os representantes supõe que a moderna fazenda capitalista brasileira vai suportar por muito tempo o pagamento de *royalties*, aquisição de equipamentos estrangeiros, perda de autonomia sobre seus processos e suas sementes? Como bancar os cursos da agricultura de precisão? Nem mesmo a aviação agrícola, criada no Brasil, com aeronaves movidas a álcool vai sobreviver à concorrência das empresas, principalmente, norte-americanas, que são defendidas por políticas de governo, que ofertam produto casado com linha de crédito, empurrando o produtor para uma dependência, além de técnica, financeira.

Um terceiro ponto, ainda sobre as mutações, é a financeirização da atividade produtiva, que abordaremos a seguir.

Financeirização da atividade produtiva

Algumas tragédias nos apresentam evidências empíricas das consequências perversas da financeirização da atividade produtiva. Perversidade é um atributo moral e não gostaria de utilizá-lo para explicar algo

de tanta racionalidade econômica, mas é uma força de expressão que busca refletir sobre os efeitos atuais da acumulação financeira. Financiamentos são necessários e não se trata de prescindir das estratégias de acumulação financeira, que inclusive não são recentes. O que passa é que a acumulação que não depende da produtividade física, mas de números abstratos, criados por expectativas de investidores, esta tem subordinado as estratégias de produção, à instabilidade financeira.

Um texto esclarecedor foi publicado por Beluzo e Sarti (2019) para comentar o desmoronamento da barragem de Brumadinho, da empresa de mineração Vale. Nele os autores apresentam os valores com a distribuição de dividendos, pagamentos de bônus a executivos, os poderosos CEO.

Para tomar o caso da Vale, pois é atual, pertinente e didático para o propósito em questão, os autores Beluzo e Sarti, afirmaram que no biênio 2016-2017 foram mais de US\$ 9 bilhões de lucro e nos três primeiros trimestres do ano de 2018, o lucro líquido da Vale alcançou US\$ 3 bilhões (sem muito aprofundamento na contabilidade, lucro líquido é o que resta após o pagamento de todas as despesas). Ainda sobre valores de dividendos distribuídos aos acionistas, os autores relatam:

[...] a Vale adota uma política bastante favorável de distribuição de dividendos e, mais recentemente, de recompra de ações. A empresa distribuiu em termos nominais *US\$ 37,6 bilhões em dividendos* para seus acionistas, majoritariamente na forma de juros sobre o capital próprio, no período 2008-2017, o que correspondeu a aproximadamente 66% do lucro líquido acumulado no período. Cabe destacar que o limite mínimo obrigatório a ser distribuído é de 25%, conforme aponta o Formulário de Referência 2018 da empresa: ‘de acordo com o artigo 38 do Estatuto Social da Vale, pelo menos 25% dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos’. Para 2018, a empresa anunciou uma distribuição de dividendos da ordem de US\$ 2,1 bilhões (R\$ 7,7 bilhões) e a recompra de ações no montante de US\$ 270 milhões (R\$ 1 bilhão).

Se os valores distribuídos são defensáveis na lógica de funcionamento do capitalismo, defendidas pela empresa como uma estratégia agressiva de maximização do valor de seus acionistas, o mesmo não poderia ser dito com

relação aos valores distribuídos aos sobreviventes⁵ do rompimento das últimas duas barragens no estado de Minas Gerais (nos municípios de Mariana⁶ e Brumadinho⁷).

Como é possível supor, não se trata de uma especificidade nacional. Serfati (1998), ao trabalhar sobre o papel ativo dos grupos franceses predominantemente industriais na financeirização da economia, aponta que o crescimento de suas atividades financeiras exercia efeitos negativos no investimento produtivo, acrescentando que a reconstituição dos lucros dos grandes grupos franceses é resultado, em parte, da financeirização de suas atividades, “facilitada por uma compressão espetacular dos custos salariais e acompanhada de uma derrocada do investimento produtivo e de um crescimento considerável de suas aplicações financeiras” (SERFATI, 1998, p. 43). O autor conclui que:

[...] os efeitos devastadores que ela produz, em escala planetária, são já mensuráveis, em termos de emprego, de questionamento dos direitos coletivos e sociais (que passam a ser chamados de “privilégios”), e da marginalização de camadas inteiras da população mundial (SERFATI, 1998, p. 43).

A distribuição de dividendos, que faz parte legítima do funcionamento dos mercados de capitais, pode comprometer a execução dos projetos. Engenheiros são menos relevantes que os diretores financeiros, na ordem hierárquica administrativa. Projetos são menos relevantes que contratos. São os contratos e, principalmente, seus aditivos, ao se tratar de obras públicas, que garantem a rentabilidade do negócio. Dominar a lógica da produção industrial não é a única preocupação, há que se dominar os cálculos das despesas financeiras e as possibilidades de ampliação da margem de lucro na complexa cesta de possibilidades que o mercado oferece. Num exemplo simplório, quanto

⁵ Segundo a Agência Brasileira de Notícias, em audiências judiciais, a Vale apresentou a proposta de indenizar em R\$300 mil para cônjuge, R\$ 300 mil para cada um dos filhos, R\$ 150 mil para cada um dos pais e R\$&% mil para cada um dos irmãos, proposta recusada na assembleia de 4 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-03/mpt-pede-r-5-mi-de-danos-morais-para-familias-de-mortos-em-brumadinho>.

⁶ Barragem da empresa Samarco, empresa que resulta de uma *joint venture* entre Vale e BHP.

⁷ Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais.

rende no mercado financeiro uma tonelada de concreto a menos na obra? Quantas toneladas de concreto são economizadas em prejuízo da segurança e da durabilidade de tantos projetos espalhados pelo território? Dowbor, no livro “A Era do Capital Improdutivo”, comenta sobre a diluição de responsabilidade a partir de certo número de níveis hierárquicos e de complexidade organizacional:

Enquanto isso, na base da pirâmide, na empresa fisicamente produtora de alguma coisa, imagina-se que lá no topo, na sede de controle financeiro do conglomerado, alguém sabe o que realmente acontece, por exemplo, em termos de impactos sociais ou ambientais. Porém, dado o gigantismo, ocorre um processo muito amplo de diluição de responsabilidade: nunca se sabe realmente quem foi responsável por determinado crime corporativo, quem alertou para algum problema. (DOWBOR, 2017, p.69).

Não se trata, com isso, de criticar as finanças como se fosse algo novo, uma prótese disfuncional, de valorizar o que, por vezes é estudado com *shareholder capitalism* ou capitalismo de acionistas, mas há uma dimensão contemporânea no papel econômico da finança capitalista que precisa ser compreendida e estudada porque também interfere na produção do espaço geográfico e, não menos importante, pelo uso dos fundos públicos que essa lógica incorpora.

Carvalho (2018) quando discute as desonerações tributárias aplicadas no Governo Dilma Rousseff, em continuidade da política de Lula da Silva, considera que houve uma frustração dos objetivos esperados. As medidas de desoneração como forma de incentivo à economia foram anunciadas em 2011, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos, créditos tributários para exportadores e desoneração da folha de pagamentos. O fato de tal política não ter estimulado a economia, com consequente geração de empregos e maior arrecadação, segundo a autora⁸, está relacionada ao processo de financeirização do setor produtivo:

A relação íntima entre o capitalismo financeiro e o capitalismo produtivo, que é um fenômeno global, se expressa no Brasil

⁸ Entre outras razões Carvalho (2018) aponta que já havia queda no nível geral de utilização da capacidade da indústria e os estoques estavam se acumulando, além de grande parte do setor empresarial ter contraído dívidas no ciclo de investimento anterior, acumulando dívida, queda de lucratividade e frustração das expectativas de retorno dos investimentos já realizados.

sobretudo pelas atividades de tesouraria das empresas, cada vez mais importantes para sua lucratividade (CARVALHO, 2018, p.74).

E complementa:

“Em meio à forte incerteza sobre a rentabilidade futura dos investimentos em capital produtivo, quem ainda tem dinheiro em caixa prefere investir em títulos públicos e aproveitar, já no curto prazo, o alto rendimento com juros proporcionados por ativos de baixo risco” (CARVALHO, 2018, p.74)

SOBRE DICOTOMIA

Com relação às dicotomias, confesso que tive muita dificuldade em pensar quais seriam e parti para o caminho mais básico possível, recorrendo à alguma inspiração nos dicionários. No Dicionário Aurélio (1980), dicotomia pode ser entendido como um método de classificação em que cada uma das divisões e subdivisões não contém mais de dois termos. O que já seria muito difícil para pensar produção do espaço geográfico. Ou, pelo Dicionário Oxford, que me remeteu à Filosofia, “na dialética platônica, partição de um conceito em dois outros, geralmente contrários e complementares”. Este último, me foi mais inspirador. Pensei na agricultura brasileira.

Com relação à produção agrícola, num esforço perigoso de simplificação, o território de mais de nove milhões de quilômetros quadrados tem no latifúndio capitalista uma produção em larga escala, capital intensiva, consumidora de insumos e implementos, ligada diretamente aos impulsos do mercado externo consumidor de *commodities*. Consumidor e produtor de *commodities* dependente de corporações que dominam patentes, definem preços de insumos cada vez mais sofisticados, que tem proporcionado um aumento de produtividade por área plantada. Exige e constrói um sistema de governança que faz uso de lobbies, bancadas parlamentares, grupos de comunicação. Acompanha e depende das previsões climáticas, bem como das expectativas de rentabilidade dadas pelo sistema financeiro. Sobre eles, as corporações e o sistema financeiro (contando aqui fundos de investimento, fundos de pensão, etc.), estes os grandes donos de todo complexo. Não fornece apenas para mercado externo, pois parte da produção de grãos também se transforma, no

mercado interno, em razão que alimenta o complexo agroindustrial da suinocultura, da avicultura, que proporcionam proteína a um custo mais baixo do que nos idos dos anos setenta, quando comer carne era quase, um artigo de luxo. Apesar de superávits comerciais, é um grande consumidor de fundos públicos subsidiados. Exige sistemas de engenharia caros e está suscetível à geopolítica de mercados internacionais.

A produção, fora desse complexo, emprega mão de obra familiar (mas não só), tem maior participação em hortifrútiis, não tem escala de exportação, circula a produção em redes curtas, abastecendo mercados e feiras principalmente nas cidades pequenas (mas não só). É opção aos alimentos ultraprocessados e luta pela terra, sendo condição para produzir políticas de comercialização e financiamento que lhe sejam adequadas.

Ambos, funcionando num país tropical, extremamente vulneráveis às pragas, que, o primeiro, combate com insumos químicos (agrotóxicos) e, o segundo, defende práticas orgânicas, agroecológicas, para uma comida mais saudável.

São dois projetos políticos de produção, exploração do meio e exploração do trabalho. São dicotômicos? Temos que optar por um ou outro, ou conseguiremos mantê-los coexistindo com menor conflito? É óbvio que se trata de uma simplificação ao extremo, com as grandes linhas que me parecem compor cada um, do que chamo, *complexo produtivo agrícola*. A coexistência dependeria de uma reorganização do uso do território e do uso do fundo público, que sempre foram favoráveis ao latifúndio capitalista.

Se, estes dois complexos estão presentes no desenvolvimento econômico brasileiro como dicotomias, não é pequeno o desafio de ajustar os dois polos, pois pessoalmente não creio que um dos dois poderá ser eliminado, nem pela política nem pela economia (mercado). Ao mais frágil, caberá defesa da política de contas públicas, da maior regulação sobre a qualidade dos alimentos, do acompanhamento da política de aplicação e liberação de registros de agrotóxicos, de fundos suficientes e condições de mercado. Ao contrário, o que se tem visto é uma tentativa de redução de seus espaços de atuação, do enfraquecimento de redes de comercialização e de compras por prefeituras e governos estaduais.

Uma segunda reflexão, que a liberdade deste ensaio me permite, é o que me parece a dicotomia entre crescimento econômico e distribuição de renda. Crescimento econômico distribui renda? Não, crescimento econômico é restrito ao processo de acumulação, que pode representar um PIB elevado e um IDH baixo. Mas, um PIB baixo não é compatível com um IDH elevado. Parece-me claro para as características da formação socioespacial brasileira. É uma população de 206 milhões, extremamente desigual, com parcelas abaixo da linha de pobreza, carente de serviços públicos que só um Estado forte conseguiria prover, através de políticas de redistribuição da riqueza.

Onde vejo a dicotomia? Na oposição entre os que entendem ser necessário e urgente reunir forças políticas para a elaboração de um projeto de crescimento econômico para o país, que ao crescer e distribuir pode ser considerado de desenvolvimento econômico; e os que não colocam essa necessidade na pauta. Porque as estruturas produtivas que permitiriam/permitirão ao país ter condições de reduzir a desigualdade estão fragilizadas, sendo desmontadas de forma acelerada. Poderia citar vários exemplos, para ficar no mais recente: a destruição da indústria da construção civil, que tem capacidade de grandes obras, de internacionalização, de vendas de serviços e de efeitos multiplicadores na economia. Concordar com o desmonte parece fazer parte da crítica ao modelo de capitalismo concentrador de renda, louvar a quebra da burguesia industrial exploradora da força de trabalho, corrupta e em conluio com os agentes do Estado. E para além disso, quais ativos este país vai utilizar para cumprir o papel positivo que a construção civil pode cumprir no desenvolvimento econômico? Com as empresas de engenharia chinesas ou com as norte-americanas? Se não faz diferença a resposta, é porque não consideramos os efeitos nefastos de uma política imperialista e de desnacionalização do parque produtivo.

Ou ainda, qual indústria irá provocar efeitos multiplicadores de investimento para o setor primário e para o setor secundário, empurrando a fronteira do conhecimento para bens de maior valor agregado que possam gerar receitas no mercado internacional que permitam ter dólares para as compras do que o país não produz internamente? Com qual indústria poderá contar o

desenvolvimento econômico brasileiro? Com a chinesa ou com a norte-americana? (ironia aqui).

Quando, me parece, colocamos em polos opostos a necessidade de investimentos produtivos, a recuperação da indústria nacional x a redução das desigualdades, temos uma dicotomia que parece ser simplificada em termos “de esquerda” ou “defensores do capitalismo”.

Em qual país vimos um aumento da qualidade de vida, redução das desigualdades, boa oferta de serviços públicos acompanhada da redução do seu parque produtivo e de uma maior complexidade econômica, dada por investimentos que buscam participar da fronteira tecnológica? O avanço da reprimarização da pauta exportadora (Ver Figura 1) ou a economia primária exportadora vai favorecer um IDH sueco para os brasileiros?

SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS

Caminhando para encerrar as reflexões no campo das dinâmicas territoriais, tomemos por base da discussão o que já foi exposto, sobre a perda de dinamismo da indústria, a reprimarização da pauta exportadora, a financeirização da atividade produtiva e a dificuldade de elaborar um projeto nacional que defina as orientações para o desenvolvimento econômico, penso que se vai gestando um território degradado. Degradado pelas polarizações políticas, ainda sustentadas por extremos que não conseguiram organizar a discussão. Degradado pelos efeitos de uma economia que, dependente da agro-exportação de *commodities*, precisa permanentemente do esforço da redução de custos e do apoio de fundos públicos para manter-se lucrativa. Competir nas cadeias globais, via *commodities*, cujos preços não são definidos pelo produtor, depende da redução de custos de produção, financiamento, transportes, mão de obra, custos ambientais, intensificação do uso dos recursos naturais. E como a técnica evoluiu muito nas últimas décadas, a intensidade do uso avança sem que o tempo da natureza consiga recompor o quanto já foi consumida e teve seu equilíbrio alterado.

Nos espaços urbanos, a degradação territorial é constantemente televisionada. Incêndios em patrimônio público por falta de manutenção,

viadutos que se rompem, obras paralisadas gerando entulho e obstáculos à já complicada locomoção dos metropolitanos, aumento da população sem teto, do comércio informal, da falta de saneamento, que se agrava com as chuvas, provocando as mortes as quais já nos acostumamos porque banalizadas nos instantâneos das reportagens, sem um pingão de senso crítico.

Penso que devemos nos esforçar para ter uma visão de conjunto. Superar o campo dos detalhes. O viaduto rompeu por causa dos amortecedores, o museu pegou fogo por causa da instalação elétrica, o acidente aconteceu porque o transeunte não prestou atenção, a barragem rompeu por falta de manutenção, os focos de incêndio acima da média são devidos ao tempo seco, a dengue voltou porque entupiram os bueiros, o bairro desmoronou porque as pessoas construíram no lugar errado. Não podemos mais entender como ocorrências isoladas, meros acidentes ou fatalidades. Essas ocorrências são crônicas já algum tempo. Penso que estamos mesmo é em meio ao caos e parte disso é resultado do processo de desenvolvimento econômico. Não é tudo que se resolve com “dinheiro”, mas a falta dele vai fazer perdurar o caos e vai continuar morrendo gente. Não é fácil assumir isso.

A lista de degradação é farta e não seria construtivo estendê-la. O ponto é que temos despesas e um comprometimento do orçamento com o pagamento de encargos especiais na ordem de R\$1.054.990.682.158 (sendo R\$598.580.943.613 relativos ao serviço da dívida interna) no ano de 2019, que são prioritários, pagos antes que se distribua o recurso entre as demais necessidades. Nos encargos estão despesas com a dívida externa e com a dívida interna, intocável, inquestionável.⁹

Na ausência de forças suficientes para uma disputa com o mercado financeiro, tentamos resolver as despesas admitindo as regras do jogo, honrando os pagamentos. Se assim for, então nos resta aumentar a receita, o que só será conseguido com a retomada da atividade econômica, coisa que não está acontecendo e nem em vias de.

⁹ A Fundação Getúlio Vargas elaborou uma plataforma de monitoramento, visualização e análise dos dados do orçamento público federal, apresentado na forma de mosaico. Está disponível em <http://mosaico-orcamentario.dapp.fgv.br>. É um instrumento didático para percebermos o grau de comprometimento do orçamento.

Há questões de incompetência política, de inadequação do modelo neoliberal que se pretende implantar pelo governo e questões mais graves que estão ligadas à conjuntura internacional. A pressão pela redução do estado de bem-estar social (o que restou dele) ocorre na Europa. Desde a crise de 2008, a qualidade de vida foi comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é praticamente um ensaio sobre angústias de quem não tem enxergado caminhos frente ao conjunto acelerado de mutações e ao estado crônico de destruição dos espaços de vida, ainda que nos pareçam revestidos de acidentes e tragédias.

Penso que uma boa contribuição acadêmica é continuar com as excelentes pesquisas que realizamos e qualificarmos o debate sobre rumos do desenvolvimento econômico possível para o Brasil nas próximas décadas. Isso requer uma reaproximação com os aportes da Economia, que tem pautado questões importantes como a reprimarização, a desindustrialização e a financeirização.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

DOWBOR, L. *A Era do Capital Improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FACCIN, A. C. T. M.; CASTILLO, R. A. Vulnerabilidade territorial e implicações sócio-espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 15(1): 133-156, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo> . Acesso em 6 de janeiro de 2019.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GALA, P. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. São Paulo: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2019.

HARVARD'S GROWTH LAB. *Atlas of Economic Complexity*. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu>. Acesso em 22 de setembro de 2019.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março/2017. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/146-10.PDF>. Acesso em: 8 de janeiro de 2019.

MORCEIRO, P. Desindustrialização setorial no Brasil. Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial. São Paulo : IEDI, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333658426_Desindustrializacao_setorial_no_Brasil. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

NASSIF, A. Há evidências de uma desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política* 28 (1), 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf> . Acesso em: 4 de setembro de 2019.

SAMPAIO, D. P. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia. Unicamp. Campinas, 2015. 236p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286447/1/Sampaio_DanielPereira_D.pdf. Acesso em: 8 de março de 2019.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da USP, 2005. pp. 21-42.

Recebido em agosto de 2019

Aceito em setembro de 2019